



PREFEITURA MUNICIPAL DO PAULISTA
SECRETARIA EXECUTIVA DE MEIO AMBIENTE

Conselho Municipal do Meio Ambiente

Ata da Reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente, ao décimo quinto dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, ocorrido às 9h30, na Sala de gabinete da Secretária Executiva, na Av. Prefeito Geraldo Pinho Alves, Maranguape I, Paulista – PE, onde estavam presentes os representantes das seguintes instituições: **I REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:** Mariloude Vieira Guedes, Gleydson Castelo Branco e Deivide Benicio Soares, **II REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:** Avelar Loureiro, Hermon Augusto, Leonardo Alves e Rose Freitas **III VISITANTES:** Amanda, Luiz Ricardo de Castro, Jouse de Almeida, Willisephen Max, Joyce Correia, Gabriela Araújo, Juliana Lima e Cybelle Souto. A Sr^a. Marilourdes Vieira, deu início à reunião dando as boas-vindas a todos os presentes e posteriormente fez a leitura da pauta, explicando os pontos a serem discutidos. Primeiro assunto discutido foi em relação à valoração do projeto de restauração florestal pela Analista Cybelle Souto. De início, foi frisado que no município possui casos de supressão de vegetação que necessita de compensação ambiental a partir de projetos de áreas degradadas. Vale mencionar que em conformidade com a Lei de Arborização do Município, deve ser restaurado no mínimo o dobro da área suprimida em prol de Unidades de Conservação, Corredores Ecológicos ou em parques lineares. Foi utilizado como parâmetro de orçamento, a técnica de plantio total, restauração florestal em área de 1 hectare, com espaçamento entre mudas de 3x2 metros, 15% de replantio, insumos e monitoramento semestral de 2 anos, a partir disso foram encontrado 03 (três) cotações. Foram encontradas as valorações de R\$ 251.382,17 pela tabela Sinapi, R\$ 286.236,91 pela tabela Sicro/DNIT e através da Lei de Licenciamento do Município um valor de R\$ R\$ 692.927,46. Joyce Correia indica que o valor é super estimado, já Jouse de Almeida indica que o porte do indivíduo arbóreo influencia de forma direta no espaçamento, havendo uma mudança no orçamento. Marilourdes Vieira entende que há a necessidade de marcar uma reunião na tentativa de encontrar um orçamento viável, depois indica a importância da aprovação da valoração, no sentido de realizar ajustes cabíveis. Depois, foi discutida a proposta de Resolução da Regularização de Postos de Combustíveis, onde foi apresentada o texto da resolução pela Analista Juliana

Cysneiros. Após isso, Ricardo informa que deveria existir novas adequações a Resolução, porém vê a necessidade de ser aprovado através de uma deliberação. Nesse sentido, foi deliberado com unanimidade pelos conselheiros a proposta da Resolução. Depois, Deivide Benicio iniciou sua fala em relação a elaboração do Termo de Referência para elaboração do Plano de Manejo. Destaca-se que as Unidades Municipais não dispõem de plano de manejo, sendo primordial evidenciar a importância de suas elaboração. A partir daí foi discutida pontos principais do que deveria constar no plano de manejo. Foi destacado também que os recursos para elaboração podem vir de compensações ambientais, até para eliminar toda a etapa burocrática do processo. Rose Freitas relata a importância de inserir estudantes na elaboração desses planos de manejo, depois disso Marilourdes Vieira reitera a importância de colocar a população do entorno no contexto, formando assim parceiros, no sentido de fiscalizar e preservar os remanescentes naturais. Por fim, Hermon Augusto apresentou a minuta do Termo de Compromisso da Unidade de Conservação da Floresta Urbana Maranguapes. De início, foi mostrado o histórico dessa Unidade, onde existia conflito de competências entre o órgão Estadual e o Municipal, ficando acordado no ano passado que o Município deveria administrar. Por isso, houve a necessidade de aprovar a repactuação do Termo de Compromisso, bem como seus devidos ajustes. Vale ressaltar que nesta área existem 03 (três) processos administrativos, tendo como objeto a instalação de um viveiro ambiental, além do fato da restauração florestal. Nesse sentido, há também a necessidade de deliberação no sentido de repactuar esse Termo. Em suma, foi aprovado pelos conselheiros. Por fim, Marilourdes Vieira encerrou a reunião. Nada mais a tratar, foi lavrada esta ata, que será assinada por mim, Luis André Raposo Barbosa, que secretariei a presente reunião.